

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Portaria nº 218/2016 de 9 de agosto (Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas)

PCM – Plano de Contas Multidimensional

NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60) – UNILEO

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO | 7 |
| 1.1. Identificação da entidade, período de relato | 7 |
| 1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras | 13 |
| 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS | 15 |
| 2.1. Bases de mensuração | 15 |
| 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro | 21 |
| 3. ATIVOS INTANGÍVEIS | 22 |
| 3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros | 22 |
| 3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis | 25 |
| 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 27 |
| 5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras .. | 27 |
| 5.6. Outras divulgações | 33 |
| 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO | 35 |
| 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO | 37 |
| 14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação | 37 |
| 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO | 38 |
| 18. OUTRAS DIVULGAÇÕES | 39 |
| 18.1. ATIVO | 39 |
| 18.2. PASSIVO | 40 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura nº 1: Organograma..... | 10 |
| Figura nº 2: Composição do quadro de pessoal segundo a modalidade de vinculação e género (31-12-2019 e 31-12-2018) | 11 |
| Figura nº 3: “Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos” | 14 |
| Figura nº 4: “Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas” | 23 |
| Figura nº 5: “Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período” | 24 |
| Figura nº 6: “Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições” | 25 |
| Figura nº 7: Ativos intangíveis materialmente relevantes | 26 |
| Figura nº 8: “Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas” | 29 |
| Figura nº 9: “Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período” | 30 |
| Figura nº 10: “Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições” | 31 |
| Figura nº 11: “Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições” | 32 |
| Figura nº 12: Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estão em uso..... | 33 |
| Figura nº 13: Ativos fixos tangíveis materialmente relevantes..... | 34 |
| Figura nº 16: “Quadro 13.1 – Rendimentos de transações com contraprestação” | 36 |
| Figura nº 17: “Quadro 14.1 – Rendimentos sem contraprestação” | 37 |
| Figura nº 18: “Outras divulgações (ativo) – Clientes, contribuintes e utentes” | 39 |
| Figura nº 19: “Outras divulgações (ativo) – Diferimentos” | 40 |
| Figura nº 20: Outras divulgações (passivo) – Fornecedores..... | 41 |
| Figura nº 21: Outras divulgações (passivo) – Estado e Outros Entes Públicos | 42 |
| Figura nº 22: Outras divulgações (passivo) – Outras contas a pagar..... | 43 |
| Figura nº 23: Outras divulgações (passivo) – Diferimentos | 44 |

INTRODUÇÃO

No presente ponto da Conta de Gerência de 2019, serão apresentadas as notas que pretendem clarificar e ajudar à interpretação dos valores apresentados nas demonstrações financeiras expostas anteriormente. As notas compreendem a divulgação de um resumo das políticas contabilísticas significativas e também da exposição de outras notas explicativas.

O CECOIA toma como referencial contabilístico o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) e as publicações referentes à aplicação do seu regime simplificado. São também consideradas as disposições genéricas relativas à Contabilidade Pública, as emitidas pelo Tribunal de Contas e pela UNILEO.

Desta forma, as demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal, definidos pelo SNC-AP e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sob a forma. Tentou-se também que as divulgações a seguir apresentadas sejam claras, objetivas e precisas, tomando a compreensibilidade enquanto característica fundamental da informação financeira divulgada.

As divulgações que se seguem serão, por vezes, efetuadas recorrendo à apresentação dos dados em quadros normalizados – de acordo com os modelos publicados no «Manual de Implementação do SNC-AP» (emitido pela Comissão de Normalização Contabilística) e no «Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)» (emitido pela UNILEO) – de forma a facilitar a divulgação e sistematização da informação complementar exigida pelo SNC-AP. Na definição das notas apresentadas foi tido em conta o critério da materialidade das quantias envolvidas e dos temas objeto de relato.

As notas divulgadas respeitarão a numeração e a ordem previstas no normativo vigente, sendo acrescentados alguns pontos, sempre que necessário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, ou são notas não aplicáveis ao CECOIA, ou são referentes a situações em que a sua apresentação não foi considerada relevante para a leitura e interpretação das demonstrações financeiras. O mesmo sucede em relação aos quadros explicativos cujos títulos tomam, por vezes, como referência a nomenclatura constante nas

instruções divulgadas pelo Tribunal de Contas, no «Manual de Implementação do SNC-AP» e no «Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas (Simplex + | Medida #60)».

Em primeiro lugar será apresentada informação que pretende enquadrar a entidade, o período de relato e o referencial contabilístico. Seguir-se-á a exposição de dados relativos às bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas. Seguir-se-á a divulgação de outras informações que não tendo sido detalhadas nas demonstrações financeiras apresentadas, constituem dados relevantes para a sua melhor compreensão. Por último, há a referir que cada item na face das demonstrações financeiras que tenha merecido uma nota constante no presente anexo, terá uma referência cruzada entre as várias demonstrações financeiras divulgadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

No CECOA, a transição da utilização do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) para o novo referencial contabilístico denominado Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) – criado pelo decreto-lei 192/2015, de 11 de setembro – ocorreu a 1 de janeiro de 2018, tendo as demonstrações financeiras apresentadas na Conta de Gerência de 2018 já sido reportadas tendo em conta as novas Normas de Contabilidade Pública constantes no SNC-AP.

Em consonância com o modelo de relato vigente e já adotado na Conta de Gerência de 2018 e no «Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras» (NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), impõe-se a divulgação de algumas notas prévias à apresentação das notas explicativas (anexo) do período de relato atual (2019).

1.1. Identificação da entidade, período de relato

- a) **Designação da entidade:** CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins;
NIF: 501 791 949
- b) **Endereço/domicílio/sede:** Rua da Sociedade Farmacêutica, Nº 3, 1169-074 LISBOA
- c) **Código da classificação orgânica:** 111 901 600;
- d) **Tutela:** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- e) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**
 - a. Decreto-lei nº 165/85 de 16 de maio;
 - b. Portaria nº 510/86, de 10 de setembro;
- f) **Natureza da atividade:** formação profissional;

1.1.1. Enquadramento da entidade e da atividade:

Criado em julho de 1986, o CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – resulta de um protocolo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
www.cecoa.pt

Profissional, I.P. (IEFP) e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). Este acordo foi formalizado aquando da publicação da portaria nº 510/86 no Diário da República nº 208, de 10 de setembro de 1986.

O CECOA configura-se como um organismo dotado de personalidade jurídica enquanto pessoa coletiva de direito público, sem fins lucrativos, e detém autonomia administrativa, financeira e patrimonial no desenvolvimento da sua atividade, estando sob a tutela do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

O financiamento principal da atividade é assegurado através da transferência regular de fundos pelo IEFP. Existe também financiamento da atividade com recurso a receita própria gerada e a transferências de fundos da União Europeia.

De acordo com o definido no protocolo de criação e tendo também em conta a autonomia estatutária atribuída, o CECOA tem como principal objetivo a promoção de atividades de educação e de formação profissional para o setor do comércio e dos serviços, incluindo a aprendizagem.

De âmbito nacional, o CECOA tem a sua sede em Lisboa e conta com delegações no Porto e em Coimbra.

O início, efetivo, da atividade do CECOA ocorreu em abril de 1987, em Lisboa. Em 1988 a atividade estendeu-se a outros pontos do território, com a abertura das delegações norte e centro. Os primeiros cursos de formação iniciaram em 1987 – com formações nas áreas da qualificação profissional inicial e da formação profissional contínua – seguindo-se um período de expansão da atividade – entre 1991 e 1999 – no qual se prosseguiu o desenvolvimento da formação inicial destinada a jovens com cursos de aprendizagem e qualificação inicial. Após isto, iniciou-se um período de consolidação – entre 2000-2016, o qual, com a mudança de século, trouxe novos desafios nas metodologias de formação, no desenvolvimento tecnológico e nas necessidades de formação e de qualificação profissional.

A atividade formativa desenvolveu-se dentro dos seguintes agregados:

- Formação de jovens;
- Educação e formação de adultos;
- Formação de ativos;
- Formação de formadores;
- Serviços à medida das necessidades das organizações;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências;

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
www.cecoa.pt

- Projetos de cooperação e parceria;
- Centro de recursos em conhecimento – CRC.

O CECOA possui uma vasta experiência em conceção, planeamento, organização, desenvolvimento e avaliação de ações de formação, em domínios diversificados como: *Marketing*, *Vitrinismo*, *Merchandising*, *Atendimento*, *Vendas*, *Negociação*, *Gestão*, *Contabilidade*, *Desenvolvimento Pessoal*, *Secretariado* e *Trabalho Administrativo*, *Línguas*, *Informática*, *Formação de Formadores* e *Turismo*.

A atuação do CECOA tem-se destacado em:

- Ofertas formativas adequadas às necessidades do mercado;
- Contribuições para o Catálogo Nacional de Qualificações;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Elaboração de estudos ao setor e de suporte à formação;
- Participação em projetos nacionais e internacionais de *I&D* e inovação, em cooperação e parceria;
- Serviços de consultoria e apoio técnico.

1.1.2.1. Estrutura organizacional:

Relativamente à estrutura organizacional do CECOA apresenta-se, em seguida, o respetivo organograma com a indicação das principais unidades orgânicas:

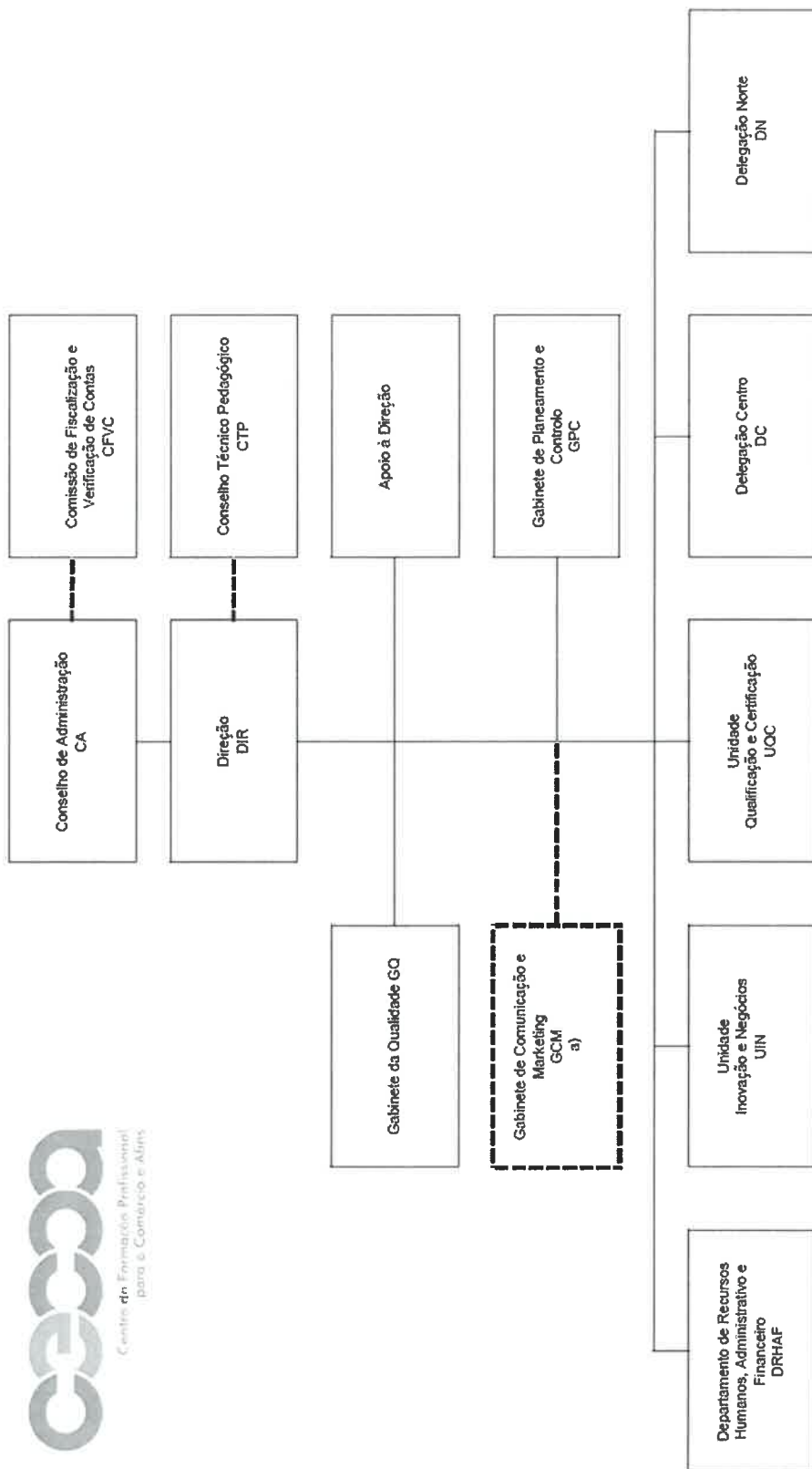


Figura nº 1: Organograma

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
www.cecoa.pt

[Assinaturas manuais em azul]

1.1.2.1. Recursos humanos:

Quanto à estrutura dos recursos humanos, a 31-12-2019 o quadro de pessoal do CECOA era composto por 37 trabalhadores, tendo registado a diminuição de 2 postos de trabalho, face aos dados registados em 31-12-2018, altura em que existiam 39 trabalhadores. A distribuição do número de trabalhadores por grupo/cargo/carreira e modalidade de vinculação em 2019 e em 2018 é a da figura que se segue:

RECURSOS HUMANOS

Trabalhadores por grupo/cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

| Grupo/ Cargo/ Carreira / Modalidades de vinculação | a 31-12-2019 | | | | | |
|---|---|-----------|---|---|----------|-----------|
| | CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado | | Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho | | Total | |
| | M | F | M | F | M | F |
| Dirigente intermédio de 1º grau | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente intermédio de 2º grau | | | 1 | | 1 | 0 |
| Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes | | | | 4 | 0 | 4 |
| Técnico Superior | 2 | 13 | | | 2 | 13 |
| Assistente Técnico | 2 | 13 | | | 2 | 13 |
| Assistente Operacional | | 1 | | | 0 | 1 |
| Informático | | | | | 0 | 0 |
| Totais: | 5 | 32 | | | 5 | 37 |

RECURSOS HUMANOS

Trabalhadores por grupo/cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

| Grupo/ Cargo/ Carreira / Modalidades de vinculação | a 31-12-2018 | | | | | |
|---|---|-----------|--|---|----------|-----------|
| | CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado | | CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto) | | Total | |
| | M | F | M | F | M | F |
| Dirigente intermédio de 1º grau | | 1 | | | 0 | 1 |
| Dirigente intermédio de 2º grau | 1 | | | | 1 | 0 |
| Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes | | 4 | | | 0 | 4 |
| Técnico Superior | 1 | 13 | | | 1 | 13 |
| Assistente Técnico | 2 | 14 | | 1 | 2 | 15 |
| Assistente Operacional | | 1 | | | 0 | 1 |
| Informático | 1 | | | | 1 | 0 |
| Totais: | 5 | 34 | | | 5 | 39 |

Figura nº 2: Composição do quadro de pessoal segundo a modalidade de vinculação e género (31-12-2019 e 31-12-2018)

1.1.2.2. Órgãos de gestão, de fiscalização, consultivos e outros:

Relativamente aos **órgãos de gestão** do CECO, a sua constituição em 2019 era a seguinte:

- **Conselho de Administração** – composto por 4 (quatro) membros:
 - Presidente: João Lourenço;
 - Vogais:
 - Ana Cristina Vieira;
 - Carlos Casimiro;
 - Luís Brás;
- **Direção** – composto por 1 (um) membro:
 - Isabel Silva Luís

Quanto aos **órgãos de fiscalização**, a **Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas** é constituída por 2 (dois) membros:

- Presidente – Isabel Ferreira Mendes;
- Vogal – Mário Saramago Ferreira.

O **Conselho Técnico Pedagógico** é composto por 4 (quatro) membros:

- Rui Antunes;
- Maria Margarida Carvalho;
- Mário Rui Lobo;
- A nomear.

1.1.3. Período de relato em análise:

As demonstrações financeiras de 2019, apresentadas anteriormente, são demonstrações anuais, sendo o período de relato correspondente ao exercício económico de 2019.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

1.2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras divulgadas anteriormente foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) – aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro – e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e do Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (portaria nº 218/2016 de 9 de agosto) considerados relevantes para o CECOA.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, ou significativas, para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

1.2.1. Inexistência de derrogações de disposições do SNC-AP

No decorrer do exercício económico de 2019 não ocorreram quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras apresentadas. Assim, não existe nenhuma NCP, relevante, que não tenha sido aplicada, nem existe a derrogação de requisitos de alguma NCP nas demonstrações financeiras apresentadas.

1.2.2. Comparabilidade

O SNC-AP passou a constituir a base da contabilização e reporte da informação contabilística do CECOA a partir de 2018, ano em que foi iniciada a sua aplicação. A data de transição para este novo referencial contabilístico foi o dia 1 de janeiro de 2018.

A contabilização, a mensuração, exposição e reporte dos efeitos financeiros das operações e outros acontecimentos efetuados em 2019 seguiu também o novo normativo já em utilização, possibilitando assim a comparabilidade de dados.

Desta forma, é possibilitado aos utentes a comparação das demonstrações financeiras do CECOA, ao longo do tempo, de forma a poderem identificar eventuais tendências na posição

financeira e no desempenho do Centro – e uma comparação também dos dados divulgados com os obtidos por outras entidades.

Conforme requisito da aplicação da característica qualitativa da comparabilidade, serão expostas – de seguida – informações relativas às principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras, de quaisquer alterações nessas políticas e dos efeitos de tais alterações, para que os utentes da informação possam ser capazes de identificar diferenças entre as políticas contabilísticas para transações e outros acontecimentos semelhantes usado pelo CECO, de período para período, e entre diferentes entidades.

Por último cumpre ainda informar que não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior e que a prestação de contas cumpre os pressupostos exigidos quanto às características qualitativas das demonstrações financeiras.

A informação comparativa será, assim, incluída nos comentários, nas várias notas às demonstrações financeiras. A inclusão destes dados ocorrerá sempre que tal situação for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

1.2.3. Valores de caixa e depósitos bancários

Relativamente aos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação da desagregação dos saldos era a seguinte:

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELAO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

| | | Unidade monetária: euro | |
|--|-----------|-------------------------|--------------------|
| Conta | Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
| 111 Caixa | | - € | - € |
| 121 Depósito à ordem no Tesouro: | | | |
| 12101 IGCP - Funcionamento - IBAN nº PT50078101120000000603702 | | 3.255,13 € | 569,52 € |
| 12102 IGCP - Administração - IBAN nº PT50078101120000000632220 | | 928,90 € | 46.815,16 € |
| 12104 IGCP - Projetos Europeus - IBAN nº PT50078101120000000632220 | | 48.963,44 € | 4.719,29 € |
| Total de caixa e depósitos: | | 53.147,47 € | 52.103,97 € |

Figura nº 3: "Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos"

Em ambos os períodos o saldo em caixa é de 0€, dado no final de cada exercício económico o valor do saldo a 31 de dezembro ser depositado na conta do IGCP - "Funcionamento".

Os valores referentes a depósitos bancários a 31-12-2019 compreendem, no seu saldo, quantias que transitaram de anos anteriores (correspondentes a uma grande parcela do valor total depositado).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Quanto às políticas contabilísticas adotadas, as mesmas respeitam o disposto na portaria nº 218/2016, de 9 de agosto – a qual estabelece o regime simplificado do SNC-AP aplicável às entidades de menor dimensão e risco orçamental. As políticas contabilísticas utilizadas permitiram:

- A obtenção de informações relevantes para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores;
- A transmissão de informação fiável, para que as demonstrações financeiras:
 - Representem de forma fidedigna a posição e o desempenho financeiro do CECO, assim como os respetivos fluxos de caixa;
 - Reflitam – para além da forma legal – a substância económica das transações, outros acontecimentos e condições;
 - Respeitem os princípios de neutralidade e da prudência e estejam completas em todos os aspetos materiais.

2.1. Bases de mensuração

Relativamente às bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, importa referir que as mesmas foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e a portaria nº 218/2016 de 9 de agosto (Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, sendo apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e também a moeda de apresentação.

De seguida, apresentam-se as bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com indicação, para cada rubrica significativa de ativos e passivos, a base de mensuração inicial e subsequente utilizadas:

- 2.1.1. **Ativos intangíveis:** os itens assim classificados encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo reconhecidos apenas no caso de ser provável que deles advenham benefícios económicos futuros, em que seja possível medir, razoavelmente, o seu valor e o CECOA possua o controlo sobre os mesmos;
- As **amortizações** são calculadas, após o ativo se encontrar disponível para uso, pelo método das quotas constantes (ou da linha reta), com imputação duodecimal e em conformidade com o período de vida útil estimado no «Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento» (o qual substituiu a Portaria 671/2000);
- 2.1.2. **Ativos fixos tangíveis:** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações:
- **Equipamento Básico, Equipamento Administrativo, Habitações e Edificações para os Serviços e Outros Ativos Fixos Tangíveis:** encontram-se registados e avaliados pelo custo histórico de aquisição;
 - **Depreciações:** As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido, sendo utilizado o método das quotas constantes, com imputação duodecimal, tendo em conta o período de vida útil estimado para cada agregado de bens. Para o cálculo das depreciações são utilizadas as taxas de depreciação que refletem a vida útil estimada dos bens, as quais estão definidas no «Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento». No caso de existirem indícios de alteração da vida útil ou da quantia residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista de forma prospetiva, de modo a refletir as novas expectativas.

2.1.3. **Ativos e passivos correntes:**

- Um **ativo** é classificado como corrente quando cumpra qualquer um dos seguintes critérios:
 - Espera-se que seja realizado, ou que esteja detido para venda/consumo, no decurso do ciclo operacional normal;
 - Espera-se que seja realizado dentro de 12 meses após a data de relato;
 - É caixa/equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca, ou uso, para regularizar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data de relato.
- Um **passivo** é classificado como corrente quando cumpra qualquer um dos seguintes critérios:
 - A ocorrência da sua liquidação é espectável que ocorra no decurso do ciclo operacional normal;
 - Tenha um prazo de vencimento dentro de 12 meses, após a data de relato;

(Todos os outros ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não correntes);

2.1.4. **Reconhecimento de rendimentos e gastos:**

- **Rendimento de transações com contraprestação:** os rendimentos de transações com contraprestação resultam de venda de bens ou prestação de serviços a terceiros, ou outras entidades públicas, ou do uso por terceiros de ativos do CECOA rendendo juros, *royalties*, dividendos e distribuições similares;
 - O rendimento proveniente da **venda de bens** apenas é reconhecido quando:
 - Os riscos e vantagens significativos da propriedade e controlo dos bens, tenham sido transferidos para o comprador;
 - Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos;

- A quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada;
 - Seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluam para a entidade;
 - Os gastos suportados ou a suportar referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- No caso das **prestações de serviços**, quando a conclusão de uma transação puder ser estimada com fiabilidade, o rendimento associado à mesma é reconhecido com referência à fase de acabamento do contrato, à data do relato (método da percentagem de acabamento);
- **Rendimento de transações sem contraprestação:** inclui impostos e transferências (sejam de caixa ou não), abrangendo as modalidades de transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte não transacionada, em mercado, de empréstimos bonificados. A forma de reconhecimento dos rendimentos é a seguinte:
 - **Impostos:** reconhecidos quando o acontecimento tributável ocorrer (exceção: circunstâncias extraordinárias em que o reconhecimento pode ser posterior ao acontecimento tributável) e os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento tributável ocorrer são reconhecidos como passivo;
 - **Transferências:** reconhecidas quando o acontecimento ocorrer. Os adiantamentos recebidos antes de o acontecimento ocorrer são reconhecidos como passivo;
 - **Receitas próprias faturáveis:** as receitas que têm por base a emissão de uma fatura (caso da formação e cedência de salas) o reconhecimento do rendimento ocorre no momento da emissão da mesma, sendo efetuado um ajustamento, no final do exercício. O ajustamento é feito nos casos em que o período de faturação não corresponde ao período efetivo da prestação de serviços de formação. Aí as receitas são reconhecidas na rubrica de “Proveitos diferidos”.
 - **Receitas próprias não faturáveis:** o reconhecimento do rendimento ocorre com o depósito da receita. Contudo, este reconhecimento não é efetuado, uma vez que o CECO não dispõe deste tipo de receitas;

- **Orçamento do Estado e investimentos:** o valor do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como rendimento do exercício (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), no momento da sua entrada, por débito da conta do ativo “IGCP - Administração”. A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida, no balanço, na rubrica de “Transferências e subsídios de capital” (património líquido), sendo transferida para rendimentos através da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação e amortização dos bens subsidiados;

2.1.5. Reconhecimento de gastos e perdas: os gastos e perdas são registados de acordo com o regime do acréscimo, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos;

2.1.6. Subsídios/transferências recebidos no âmbito e projetos liderados pelo CECO, em cooperação com outras instituições: Sempre que o CECO atua como entidade líder em projetos, em cooperação com outras Instituições, é da sua responsabilidade o pagamento, a essas instituições, dos subsídios atribuídos pelas entidades financiadoras, na quota-parte que estas têm no projeto. Em todas as circunstâncias em que o CECO atua como entidade responsável pelo pagamento a terceiros de subsídios recebidos de outras entidades, essas operações, que constituem pura intermediação, apenas têm reflexo em rubricas de balanço;

2.1.7. Enquadramento fiscal – relativamente à aplicação do Imposto sobre o Rendimento, o CECO é uma entidade à qual se aplica o regime geral de tributação, encontrando-se sujeito ao IRC.

2.2. Pressupostos e princípios subjacentes à preparação das divulgações da informação das demonstrações financeiras

2.2.1. Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As demonstrações financeiras apresentadas anteriormente mostram, de forma apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do CECO.A.

Representam igualmente – de forma fiel e de acordo com a definição e os critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP – os efeitos das transações e de outros acontecimentos e condições.

2.2.2. Informação comparativa

Relativamente à questão da comparabilidade – e não obstante ao referido anteriormente – sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior, para grande parte das quantias relatas nas demonstrações financeiras.

O CECO.A adotou políticas contabilísticas de maneira consistente ao longo do tempo (relacionadas também com o princípio de continuidade descrito posteriormente). Nos casos em que são efetuadas alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item, ou classe de itens, que tenha sido reclassificada;
- c) A razão para a reclassificação.

2.2.3. Consistência de apresentação

De forma a poder proporcionar informação fiável e relevante para os utentes das demonstrações financeiras – e não contrariando o referido anteriormente, acerca da questão da comparabilidade – sempre que possível as demonstrações financeiras mantêm a consistência de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes deram origem. Excetuam-se os casos em que ocorrem alterações significativas na natureza. Estas situações estão devidamente identificadas e justificadas ao longo deste anexo (caso se aplique).

2.2.4. Materialidade e agregação

A natureza e a materialidade afetam a relevância da informação, pelo que cada classe material de itens semelhantes e contas principais são apresentadas individualmente, nas demonstrações financeiras, de acordo com a sua natureza ou função. Os itens de natureza, ou função, diferentes são apresentados em separado – salvo nos casos em que os valores respetivos se afiguram imateriais.

2.2.5. Compensação

Dada a importância do relato individualizado dos ativos e passivos, dos gastos e rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto nos casos em que o mesmo é exigido por uma NCP (Norma de Contabilidade Pública). Quer os ativos e passivos, quer os gastos e rendimentos foram relatados separadamente.

2.2.6. Continuidade

Relativamente a este pressuposto, com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o CECOA avaliou a sua capacidade de prosseguir, em continuidade, aquando da preparação das demonstrações financeiras em análise. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas na base da continuidade, uma vez que o CECOA continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não há a intenção, nem a necessidade de liquidar, ou de reduzir, consideravelmente o nível das suas atividades.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas pressupondo:

- A continuidade da atividade do CECOA;
- A informação contabilística retirada dos livros e registos contabilísticos do CECOA, os quais são elaborados tendo em conta os princípios contabilísticos vigentes e aceites em Portugal.

Na análise efetuada não foram detetados riscos significativos que possam levar, durante o ano financeiro seguinte, ao ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e

passivos, não sendo espectável a ocorrência de situações que venham a afetar a continuidade do CECOA, de algum dos seus departamentos, ou o comprometimento de alguma das suas fontes de financiamento.

Na publicação das demonstrações financeiras do período em análise são considerados os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e dos passivos (caso existam). Nos casos em que os valores desses eventos são significativos, os mesmos são objeto de divulgação no presente anexo às demonstrações financeiras de 2019.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

O CECOA não detém quaisquer ativos intangíveis gerados internamente. Relativamente aos ativos intangíveis detidos, os mesmos foram valorizados ao custo de aquisição (IVA incluído, dado o mesmo não conferir direito à dedução).

Nos casos em que os respetivos elementos têm uma vida útil limitada, os mesmos ficam sujeitos a uma amortização sistemática, durante esse período. As amortizações foram calculadas com base nas taxas e regras do Anexo III referido no artigo 2º do decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro (PCM – Plano de Contas Multidimensional).

3.1.1. Vidas úteis ou taxas de amortização

Para o cálculo dos períodos de vida útil dos ativos intangíveis e das respetivas taxas de amortização aplicadas é considerado o exposto no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional (Anexo III ao decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro).

Para cada elemento que compõe o ativo intangível do CECOA foi criada uma ficha de Cadastro – a qual tem informação atualizada à data do relato – e nas quais consta, entre outros dados, a respetiva vida útil – ou taxa de amortização – e a quantia escriturada líquida desse ativo.

3.1.2. Métodos de amortização

Para a amortização dos ativos intangíveis foi utilizado o método de amortização das quotas constantes – também designado como método da linha reta.

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
www.cecoa.pt

3.1.3. Quantia bruta escriturada no início e no final do período

Relativamente à quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como às respetivas amortizações acumuladas e às perdas por imparidade acumuladas, os valores apurados no decurso dos exercícios económicos concluídos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

| Rubricas | Início do período | | | | Fim do período | | | |
|---|-------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|
| | Quantia bruta | Amortizações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta | Amortizações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantia escriturada |
| | [1] | [2] | [3] | [4]=[1]-[2]-[3] | [5] | [6] | [7] | [8]=[5]-[6]-[7] |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | |
| Goodwill | | | | | | | | |
| Projetos de desenvolvimento | | | | | | | | |
| Programas de computador e sistemas de informação | 599.217,78 | 574.355,00 | 0,00 | 24.862,78 | 607.185,16 | 593.248,41 | 0,00 | 13.936,75 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis em curso | | | | | | | | |
| Total: | 599.217,78 | 574.355,00 | 0,00 | 24.862,78 | 607.185,16 | 593.248,41 | 0,00 | 13.936,75 |

Figura nº 4: "Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas"

3.1.4. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os «Gastos/reversões de depreciação e amortização» respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza apresentada anteriormente.

No que se refere à quantia de «Gastos/reversões de depreciação e amortização» da demonstração dos Resultados por Naturezas, no ano 2019, a parte que respeita a ativos intangíveis corresponde à coluna 8 do quadro seguinte.



3.1.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

As variações das quantias escrituradas que tiveram lugar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|---|-----------------------------|-----------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|------------------|--|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Amortizações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] | [10]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5]+[6]+[7]+[8]+[9] |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Goodwill | | | | | | | | | | |
| Projetos de desenvolvimento | | | | | | | | | | |
| Programas de computador e sistemas de informação | 24.862,78 | 6.158,54 | | | | | -15.275,73 | | -1808,84 | 13.936,75 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis em curso | | | | | | | | | | |
| Total: | 24.862,78 | 6.158,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -15.275,73 | 0,00 | -1.808,84 | 13.936,75 |

Figura nº 5: "Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período"

Quanto aos valores apresentados na coluna 10, importa referir que não há quantias de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e quantias de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

3.1.6. Ativos intangíveis – adições

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram as seguintes adições:



3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Quadro 3.2A - Ativos intangíveis - adições

| Rubricas | Adições | | | | | | | | | Total |
|---|-------------|-----------------|-------------|------------------------|--|--------------------|--------------------|------------------------------|-------------|-----------------|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | |
| | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] | |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | 0,00 |
| Goodwill | | | | | | | | | | 0,00 |
| Projetos de desenvolvimento | | | | | | | | | | 0,00 |
| Programas de computador e sistemas de informação | | 6.158,54 | | | | | | | | 6.158,54 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | | | 0,00 |
| Outros | | | | | | | | | | 0,00 |
| Ativos intangíveis em curso | | | | | | | | | | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 6.158,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.158,54 |

Figura nº 6: "Quadro 3.2A - Ativos intangíveis - adições"

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

3.2.1. Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o CECOA detinha os seguintes ativos intangíveis que, individualmente, se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras (superiores a 100 €):



3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis materialmente relevantes

| Descrição | Quantia escriturada | Período amortização remanescente | Ativo líquido 31-12-2019 | Ativo líquido 31-12-2018 |
|--|---------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Primavera Convert SNC-AP | 1.121,06 | 8 meses | 1.121,06 | 2.801,89 |
| Licenças (51) do Microsoft Office Professional Plus 2019 | 3.791,90 | 2 anos e 11 meses | 3.791,90 | 5.091,98 |
| Renovação (260) licenças antivírus Kasperky Endpoint Security for Business Educational | 1.940,39 | 9 meses | 1.940,39 | |
| Renovação SonicWall Advanced Gateway Security Suite Bundle NSA 3600 | 2.056,75 | 9 meses | 2.056,75 | |
| Licenças (44) do Microsoft Office Professional Plus 2019 Português - Volume Educação | 3.081,62 | 2 anos e 11 meses | 3.081,62 | 4.138,18 |
| Total: | 11.991,72 | | 11.991,72 | 12.032,05 |

Figura nº 7: Ativos intangíveis materialmente relevantes



5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os ativos tangíveis e intangíveis foram valorizados ao custo de aquisição (IVA incluído, dado o mesmo não conferir direito à dedução).

Nos casos em que os respetivos elementos têm uma vida útil limitada, os mesmos ficam sujeitos a uma amortização sistemática, durante esse período. As amortizações foram calculadas com base nas taxas e regras do Anexo III referido no art.º 2º do decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro (PCM – Plano de Contas Multidimensional).

5.1.1. Bases de mensuração para determinação da quantia escriturada bruta

O registo dos ativos fixos tangíveis – cujas aquisições ocorreram até 01-01-2018 – foram registados tendo em conta o respetivo custo de aquisição – deduzido das depreciações – e conforme os princípios contabilísticos vigentes e aceites àquela data (§ 18 a 20 da NCP 5).

Os ativos fixos tangíveis cuja aquisição ocorreu após 01-01-2018 foram registados ao custo de aquisição líquido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas (se aplicáveis).

Estão incluídos na categoria de custos de aquisição: o custo de compra, outros custos diretamente relacionados com as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e na operacionalidade pretendida, assim como, a estimativa inicial dos custos (espectáveis) de desmantelamento/remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização.

O processo de inclusão dos custos posteriores na quantia escriturada do bem – ou o seu reconhecimento enquanto ativos separados, conforme apropriado – apenas é efetuado quando, previsivelmente, se considere que os benefícios económicos futuros fluirão para o CECO e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento, como gastos, dos custos com manutenção e de reparação ocorre no período em que os mesmos têm lugar.

5.1.2.Método de depreciação usado

O método de depreciação utilizado para os ativos fixos intangíveis é o método da linha reta, de acordo com o período de vida útil máximo publicado no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). As depreciações são calculadas, após a data em que os bens ficam disponíveis para utilização.

As despesas de conservação e de reparação que não aumentem a vida útil dos ativos tangíveis, nem resultem de benfeitorias, ou melhorias, significativas foram consideradas e registadas como gastos do período.

5.1.3.Vidas úteis ou taxas de depreciação

Foram atualizadas, à data do relato, as informações das fichas de cadastro de cada elemento do ativo fixo tangível. As informações registadas incluem, entre outras, a respetiva vida útil, ou taxa de depreciação, bem como a quantia escriturada líquida.

5.1.4.Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas ocorridas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram as seguintes:

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

| Rubricas | Início do período | | | | Final do período | | | |
|--|---------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------------------|---------------------|
| | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidades acumuladas | Quantia escriturada |
| | [1] | [2] | [3] | [4]=[1]-[2]-[3] | [5] | [6] | [7] | [8]=[5]-[6]-[7] |
| BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | |
| Outros bens de domínio público em curso | | | | | | | | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | |
| Ativos fixos em concessão em curso | | | | | | | | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 103.623,74 | 102.305,70 | | 1.318,04 | 103.623,74 | 102.315,80 | | 1.307,94 |
| Equipamento básico | 397.144,99 | 343.678,84 | | 53.466,15 | 438.967,42 | 357.417,03 | | 81.550,39 |
| Equipamento de transporte | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 747.392,87 | 693.388,46 | | 54.004,41 | 749.388,51 | 685.482,93 | | 63.905,58 |
| Equipamentos biológicos | | | | | | | | |
| Outros ativos fixos tangíveis | 122.015,63 | 105.187,42 | | 16.828,21 | 122.541,20 | 101.556,05 | | 20.985,15 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | | | | | | | | |
| | 1.370.177,23 | 1.244.560,42 | 0,00 | 125.616,81 | 1.414.520,87 | 1.246.771,81 | 0,00 | 167.749,06 |
| Total: | 1.370.177,23 | 1.244.560,42 | 0,00 | 125.616,81 | 1.414.520,87 | 1.246.771,81 | 0,00 | 167.749,06 |

Figura nº 8: "Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas"

5.1.5. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

As variações que ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Variações no período | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|----------------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|---|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Depreciações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] | [10]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5]+[6]+[7]+[8]+[9]] |
| BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Outros bens de domínio público em curso | | | | | | | | | | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Ativos fixos em concessão em curso | | | | | | | | | | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1.318,04 | 0,00 | | | | | -10,10 | | 0,00 | 1.307,94 |
| Equipamento básico | 53.466,15 | 49.071,33 | | | | | -13.738,19 | | -7.248,90 | 81.550,39 |
| Equipamento de transporte | 0,00 | 0,00 | | | | | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 54.004,41 | 31.271,62 | | | | | 7.905,53 | | -29.275,98 | 63.905,58 |
| Equipamentos biológicos | | | | | | | | | | |
| Outros ativos fixos tangíveis | 16.828,21 | 7.678,43 | | | | | 3.631,37 | | -7.152,86 | 20.985,15 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | | | | | | | | | | |
| | 125.616,81 | 88.021,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -2.211,39 | 0,00 | -43.677,74 | 167.749,06 |
| Total: | 125.616,81 | 88.021,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -2.211,39 | 0,00 | -43.677,74 | 167.749,06 |

Figura nº 9: "Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período"

5.1.6. Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições à rubrica de ativos fixos tangíveis:



5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis - adições

| Rubricas | Adições | | | | | | | | | | Total |
|--|----------|-----------|--------|------------------------|--------------|--|---------------------|--------------------|------------------------------|--------|---|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Expropriação | Doação herança legado ou perdido a favor | Doação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | |
| | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] | [10] | [11]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5]+[6]+[7]+[8]+[9]+[10] |
| BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | | |
| Outros bens de domínio público em curso | | | | | | | | | | | |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | | |
| Ativos fixos em concessão em curso | | | | | | | | | | | |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | | | | | |
| Equipamento básico | | 49.071,33 | | | | | | | | | 49.071,33 |
| Equipamento de transporte | | | | | | | | | | | |
| Equipamento administrativo | | 31.271,62 | | | | | | | | | 31.271,62 |
| Equipamentos biológicos | | | | | | | | | | | |
| Outros ativos fixos tangíveis | | 7.678,43 | | | | | | | | | 7.678,43 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | | | | | | | | | | | |
| | - | 88.021,38 | - | - | - | - | - | - | - | - | 88.021,38 |
| Total: | - | 88.021,38 | - | - | - | - | - | - | - | - | 88.021,38 |

Figura nº 10: "Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições"

5.1.7. Ativos fixos tangíveis – diminuições

As diminuições ocorridas durante o ano de 2019 foram as seguintes:




5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

| Rubricas | Diminuições | | | | | Total [6]=[1]+[2]+[3]+[4]+[5] |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|-------------------|----------------------------------|
| | Alienação a título oneroso [1] | Transferência ou troca [2] | Devolução ou reversão [3] | Fusão, cisão, reestruturação [4] | Outras [5] | |
| BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | |
| Outros bens de domínio público em curso | | | | | | |
| | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ATIVOS FIXOS EM CONCESSÃO | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | |
| Património histórico, artístico e cultural | | | | | | |
| Ativos fixos em concessão em curso | | | | | | |
| | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | 0 | |
| Edifícios e outras construções | | | | | -7.248,90 | -7.248,90 |
| Equipamento básico | | | | | 0,00 | |
| Equipamento de transporte | | | | | -29.275,98 | -29.275,98 |
| Equipamento administrativo | | | | | -7.152,86 | -7.152,86 |
| Equipamentos biológicos | | | | | | |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis em curso | | | | | | |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -43.677,74 | -43.677,74 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -43.677,74 | -43.677,74 |

Figura nº 11: "Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições"

Os valores que constam na coluna 5 correspondem a valores de bens abatidos, mas ainda com saldo.



5.6. Outras divulgações

5.6.1.A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso

A 31 de dezembro de 2019, o CECOA detinha ativos fixos tangíveis, em uso, já totalmente depreciados, nas seguintes rubricas:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Totalmente depreciados que ainda estão em uso

| Classe | Designação | Valor de aquisição |
|------------------------|--------------------------------|--------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | | |
| 432 | Edifícios e outras construções | 102.116,75 |
| 433 | Equipamento básico | 329.034,15 |
| 435 | Equipamento administrativo | 644.905,74 |
| 437 | Outros ativos fixos tangíveis | 88.399,03 |
| Total: | | 1.164.455,67 |

Figura nº 12: Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estão em uso

No decorrer da análise dos artigos registados em ativo fixo tangível, com valores de aquisição inferiores a 100,00 €, foram identificados 2 327 artigos, com os mesmos critérios, mas sem valorização líquida atual, com um valor bruto de 102.079,11€. Após avaliação, entendeu-se manter os mesmos, justificando-se esta decisão de manutenção de bens totalmente depreciados pelo facto de ainda estarem em uso e em perfeito estado de conservação.

5.6.2.Ativos fixos tangíveis materialmente relevantes

Os ativos fixos tangíveis detidos pelo CECOA a 31 de dezembro de 2019 que, individualmente, se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras (superiores a 100 €) são os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS MATERIALMENTE RELEVANTES

| Descrição | Quantia escriturada |
|--|------------------------|
| <i>Firewall Sonicwall NSA 3600 Secure Upgrade Plus Advance</i> | 2.526,63 |
| <i>Servidor Dell Edge R230</i> | 2.625,73 |
| <i>Servidor Dell Power Edge R740</i> | 6.684,28 |
| <i>Impressora Multifunções BizHub 558e - Sede</i> | 11.676,60 |
| <i>Impressora Multifunções BizHub 308e - Del. Centro</i> | 3.420,70 |
| Total: | 26.933,94 |

Figura nº 13: Ativos fixos tangíveis materialmente relevantes

No decorrer da análise dos artigos registados em ativo fixo tangível, com valores de aquisição inferiores a 100,00 €, foram identificados 335 artigos com um valor total líquido – a 31 de dezembro de 2019 – de 6.798,22€. Embora o valor dos mesmos seja imaterial, face ao critério utilizado nos artigos adquiridos em 2019, entendeu-se manter os mesmos, justificando-se esta decisão de manutenção de bens totalmente depreciados pelo facto de ainda estarem em uso e em perfeito estado de conservação.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

13.1. Políticas contabilísticas e métodos adotados

A NCP 13 define o conceito de rendimento e exige que o mesmo seja mensurado pelo justo valor da retribuição recebida, ou a receber, tendo em conta a quantia de quaisquer descontos comerciais e descontos de quantidade concedidos pela entidade.

Assim, relativamente às várias categorias de rendimentos de transações com contraprestação, os mesmos são reconhecidos da seguinte forma:

- As **vendas** são reconhecidas quando:
 - a. os riscos e os benefícios relacionados com a posse dos ativos são transferidos para o comprador;
 - b. Na altura em que deixa de existir um envolvimento continuado de gestão do CECOA, com grau associado à posse;
 - c. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente qualificado e seja provável que, relativamente à transação, os benefícios económicos fluam para o CECOA e os custos incorridos, ou a incorrer, possam ser fiavelmente mensurados.
- O reconhecimento das **prestações de serviços** é evidenciado na demonstração de resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços, à data do balanço.

13.2. Quantia de cada categoria de rendimentos

As vendas e as prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, têm a seguinte repartição:

13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação

| Tipo de transação com contraprestação | Rendimento do período reconhecido (2019) | 2018 |
|--|--|------------------|
| [1] | [2] | [3] |
| Vendas de Bens | | |
| Manuais e emissão de certificados | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| Prestações de serviços | | |
| Formação à medida | 63.982,55 | 58.566,66 |
| | 63.982,55 | 58.566,66 |
| Reversões | | |
| | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos e ganhos | | |
| Arrendamento de Espaços | 700,76 | 760,12 |
| Outros | 1.585,99 | 522,32 |
| | 2.286,75 | 1.282,44 |
| Juros, royalties, dividendos e outros rendimentos similares | | |
| | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 66.269,30 | 59.849,10 |

Figura nº 14: "Quadro 13.1 – Rendimentos de transações com contraprestação"

De acordo com a alínea c) do ponto 13.1. da NCP 1, há a referir que não existiu qualquer quantia de rendimento que seja proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento.

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Para dar cumprimento ao exigido nas notas 14.1. a 14.3. (Anexo – NCP 1), e em acréscimo à informação já divulgada através das demonstrações financeiras do período em análise, apresentam-se os comentários abaixo.

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

A desagregação, na demonstração de resultados, dos rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

| Tipo de transação sem contraprestação [1] | Rendimento do período reconhecido em [2] | | Quantias por receber [3] | | Adiantamentos recebidos |
|--|--|-----------------------|-----------------------------|---------------------|----------------------------|
| | Resultados | Património líquido | Início do período | Final do período | |
| Impostos: | | | | | |
| Impostos diretos | | | | | |
| Impostos indiretos | | | | | |
| Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde | | | | | |
| Taxas | | | | | |
| Multas e outras penalidades | | | | | |
| Transferências: | | | | | |
| Transferências sem condição | 2.571.612,16 | | | | |
| Transferências com condição | | | | | |
| Subsídios: | | | | | |
| Subsídios sem condição | | 95.055,94 | | | |
| Subsídios com condição | | | | | |
| Legados, ofertas e doações | | | | | |
| Outros | | | | | |
| TOTAL: | 2.571.612,16 | 95.055,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Composição do rendimento

| Entidade | 2019 | 2018 |
|---------------|---------------------|---------------------|
| IEFP, IP | 2.666.668,10 | 2.566.198,02 |
| Total: | 2.666.668,10 | 2.566.198,02 |

Figura nº 15: "Quadro 14.1 – Rendimentos sem contraprestação"

Os maiores rendimentos obtidos por parte do CECO A continuam a ser as transferências obtidas, decorrentes do Orçamento de Estado, por parte do IEF P e de projetos.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Dando cumprimento disposto no ponto 17.1. da NCP 1, informa-se que as demonstrações financeiras em análise foram autorizadas, para emissão, em 07/04/2020, pelo Conselho de Administração do CECO A.

Conforme estipulado na nota 17.2. da NCP 1 mais se declara que o CECO A não recebeu informações – após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão – relativamente a condições que existissem – à data de relato – pelo que não foi necessário proceder a qualquer atualização ou ajustamento das divulgações que se relacionam com essas situações, à luz das novas informações e considerando os respetivos impactos.

Para o exercício findo em 31-12-2019 não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes à data do relato que, não dando lugar a ajustamentos, sejam materialmente relevantes para a informação prestada aos utilizadores e que tenham, assim, impacto significativo nas Demonstrações Financeiras do período em análise (conforme informação exigida pela nota 17.3. da NCP 1).

Depois do encerramento do período contabilístico ora reportado, e até à elaboração do presente anexo às demonstrações financeiras, não se registaram outros factos que possam levar à modificação da situação relevada nas contas já elaboradas e apresentadas anteriormente.

Dada a natureza jurídica do Centro, não estão previstas quaisquer consequências relativas ao seu funcionamento ou à sua continuidade futura provocadas pela pandemia covid 19.

18. OUTRAS DIVULGAÇÕES

18.1. ATIVO

18.1.1. Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica «Clientes, contribuintes e Utentes» era composta pelos seguintes valores (desagregados):

OUTRAS DIVULGAÇÕES - ATIVO

Clientes, contribuintes e utentes

| Clientes e utentes C/C | Valor a 31-12-2019 | Valor a 31-12-2018 |
|---|--------------------|--------------------|
| 21110123 - CCP - Conf. Comer. Serv. Portugal | 1.783,02 | 3.751,02 |
| 21110505 - Santa Casa Misericórdia Lisboa | 250,00 | |
| 21111017 - Ordem dos Farmacêuticos | 595,00 | 147,60 |
| 21111681 - Raquel Aparecida Resende Lacerda | 369,00 | 369,00 |
| 21111733 - Câmara Municipal de Loures | 9.084,00 | |
| 21111750 - AXA Services, SAS-Sucursal em Portugal | 815,00 | |
| 21111755 - Planeta Payment Portugal Unip. Lda. | 510,00 | |
| 21111797 - Mercado Abastecedor do Porto | | 495,00 |
| 21111807 - Foro Técnico Form. Madrid | 6.040,80 | 1.380,00 |
| 21111808 - BGR - Gestão Resíduos, Lda. | | 100,00 |
| 21119000 - Cliente indiferenciado | 12,00 | 0,00 |
| Total: | 19.434,82 | 6.242,62 |

Figura nº 16: "Outras divulgações (ativo) – Clientes, contribuintes e utentes"

Importa referir que os montantes contabilizados são expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

Os valores globais a receber referentes ao ano de 2019 aumentaram – comparativamente aos observados no ano de 2018. Para além da subida relativa ao montante global, verificou-se também um acréscimo no número de entidades com valores por liquidar.

Numa das entidades com valores mais expressivos (21110123 - CCP), verificou-se uma redução significativa face ao valor apurado no encerramento do ano anterior. Os restantes dois valores mais expressivos centram-se em duas entidades (2111733 – Câmara Municipal

de Loures e 21111807 – Foro Técnico Form. Madrid), ambos regularizados no início de 2019.

18.1.2. Diferimentos (ativo)

À data de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de «Diferimentos» era constituída pelos seguintes valores:

OUTRAS DIVULGAÇÕES - ATIVO Diferimentos (Ativo)

| Diferimentos | Valor a 31-12-2019 | Valor a 31-12-2018 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| 2819 - Outros Gastos Diferidos | 36.885,81 | 58.764,13 |
| Total: | 36.885,81 | 58.764,13 |

Figura nº 17: “Outras divulgações (ativo) – Diferimentos”

Os valores considerados nesta rubrica são referentes ao diferimento de despesas cujo pagamento decorreu no ano n, mas cuja execução decorreu no ano n+1. Os valores referem-se, na sua maioria, a seguros, rendas e alugueres, consumo de água e eletricidade e prestação de serviços postais.

Relativamente à rubrica de Inventários, a mesma integra material administrativo que foi contado no final do ano.

18.2. PASSIVO

18.2.1. Fornecedores

Relativamente à rubrica de fornecedores, tendo como base os valores dos saldos registados a 31 de dezembro de 2019 e em 2018 – os mesmos são desagregados da seguinte forma:

PASSIVO

Fornecedores

| Fornecedores | Valor a 31-12-2019 | Valor a 31-12-2018 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| 22110004 - AC. Águas de Coimbra, E.M. | | 34,72 |
| 22110008 - Águas do Porto, E.M. | | 197,47 |
| 22110089 - CTT - Expresso - Serviços Postais e Logística | | 12,13 |
| 22110108 - EDP Comercial - Comercialização de Energia | | 2.955,71 |
| 22110112 - EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres | | 367,93 |
| 22110227 - MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. | 929,65 | 39,33 |
| 22110292 - Via Verde Portugal - Gest. Sist. Elet. Cobrança, Lda. | | 33,45 |
| 22110509 - Propel - Produtos de Petróleo, Lda. | | 67,79 |
| 22110631 - Alves Bandeira & Cª., Lda. | | 54,24 |
| 22110664 - Best 5 - Prestação Serviços de Estafeta e Logística, Lda. | | 138,53 |
| 22110704 - Lyreco Portugal, S.A. | 64,03 | 329,64 |
| 22110974 - Just Media, Lda. | | 553,50 |
| 22110942 - 2045-Galia/Serviços de Vigilância e Segurança ACE | 61,50 | |
| 22110948 - Fine Facility Services, Lda. | 2.526,83 | |
| 22110996 - Strong Charon - Soluções de Segurança, S.A. | 975,02 | |
| Total: | 4.557,03 | 4.784,44 |

Figura nº 18: Outras divulgações (passivo) – Fornecedores

Importa referir que os montantes contabilizados são expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

Verifica-se que, em 2019, embora com pouca expressão, ocorreu uma redução do saldo da rubrica de fornecedores, face ao verificado no período homólogo, existindo também um decréscimo no número de entidades com valores em aberto.

De referir ainda que nenhum dos valores apresentados corresponde a dívidas cujo período de pagamento ultrapasse 90 dias, pelo que o CECO não tem, no decorrer da sua execução orçamental, registo de quaisquer atrasos nos pagamentos (conforme definição de «pagamentos em atraso constante no art.º 3º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas).

O facto de a rubrica fornecedores conter valores cuja liquidação do pagamento estava pendente a 31-12-2019, está relacionado com a emissão e entrega tardia ao CECO (nos últimos dias do ano de referência) das faturas, por parte das entidades referenciadas.

Dados os prazos para a realização das estimativas internas de pagamentos a realizar e as condicionantes temporais para poderem ser emitidas, validadas e processadas as ordens de pagamento e as datas de receção das faturas, não foi possível proceder aos respetivos pagamentos pelos nossos serviços.

18.2.2. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» era constituída pelos seguintes valores:

PASSIVO

Estado e Outros Entes Públicos

| Estado e Outros Entes Públicos | Valor a 31-12-2019 | Valor a 31-12-2018 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| 242 - Retenção de impostos sobre rendimentos | 192,27 | |
| 243 - Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 89,93 | 27,60 |
| 245 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde | 958,60 | 947,12 |
| Total: | 1.240,80 | 974,72 |

Figura nº 19: Outras divulgações (passivo) – Estado e Outros Entes Públicos

Os valores cujo saldo credor constava na rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» foram liquidados no início do ano 2020. De referir que os mesmos respeitam a:

- Retenção de impostos sobre rendimentos: maioritariamente à retenção sobre rendimentos prediais devido ao atraso no envio do recibo de renda por parte do senhorio;
- «Imposto sobre o valor acrescentado»: os valores de IVA são referentes à liquidação de valores do quarto trimestre do respetivo ano, o qual foi liquidado no início do ano seguinte;
- Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Segurança Social/ADSE): nesta rubrica estão incluídos valores de pagamentos a efetuar à CGA e FCT e FGCT, referentes a contribuições do mês de dezembro do próprio ano. O pagamento não foi efetuado dadas questões técnicas das entidades a quem são devidas as contribuições, questões estas que impediram a emissão de nota de

liquidação e o respetivo pagamento dos valores no próprio mês. Estes valores foram liquidados no início do ano seguinte.

18.2.3. Outras contas a pagar

As rubricas de «Outras Contas a Pagar» eram compostas – a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 – pelos seguintes montantes:

PASSIVO

Outras contas a pagar

| Outras contas a pagar | Valor a 31-12-2019 | Valor a 31-12-2018 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| 27221 - Remunerações a liquidar (Especialização de Férias e Subsídio Férias) | 140.003,90 | 144.446,00 |
| 27229 - Outros Acréscimos de Gastos | 6.869,72 | 1.925,38 |
| Total: | 146.873,62 | 146.371,38 |

Figura nº 20: Outras divulgações (passivo) – Outras contas a pagar

Relativamente à especialização dos valores referentes a férias e a subsídio de férias, os valores contabilizados em 2019 são ligeiramente superiores aos de 2018, dada a aplicação de valorizações remuneratórias que ocorreram em 2019.

O cálculo dos valores a pagar de férias e subsídio de férias em 2020 foram apurados com base em estimativas e de acordo com a legislação em vigor.

Trata-se de valores que se afiguram como um custo para o exercício económico do ano *n*, muito embora o seu pagamento só seja legalmente devido – e efetuado – no decurso do ano subsequente.

18.2.4. Diferimentos (Passivo)

Considerando as datas de reporte de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a composição das rubricas de «Diferimentos» era a seguinte:

PASSIVO

Diferimentos

| Diferimentos | 31-12-2019 | 01-01-2019 | 31-12-2018 |
|---------------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| 2829 - Outros Redimentos a Reconhecer | 15.318,47 | 4.747,36 | 4.747,36 |
| Total: | 15.318,47 | 4.747,36 | 4.747,36 |

Figura nº 21: Outras divulgações (passivo) – Diferimentos

Os valores apresentados relacionam-se com dos recebimentos provenientes de projetos comunitários. No início da execução dos projetos, os valores recebidos são contabilizados na conta atribuída ao projeto. Posteriormente são diferidos, sendo especializados em proveitos no mesmo ritmo da execução da despesa.


Atualmente o CECOA é promotor do Projeto Transnacional *ComNetNeet*, o qual decorre no período de setembro de 2017 a agosto de 2020, em conjunto com 3 parceiros nacionais e 4 estrangeiros.

Na sequência da aprovação do relatório intermédio o CECOA, na qualidade de promotor, recebeu da *Agência Nacional Erasmus+* o montante referente à 2ª tranche, tendo sido efetuadas as transferências para cada parceiro, visto que todos reuniam as condições previstas.

Em relação aos valores recebidos no período e que foram objeto de especialização, em virtude do montante recebido ser superior aos custos incorridos, ascendem a 15.318,47€, correspondendo 13.082,73€ ao projeto *ComnetNet* e 2.235,74 ao Projeto *Profi VNFil*.

Lisboa, 07/04/2020

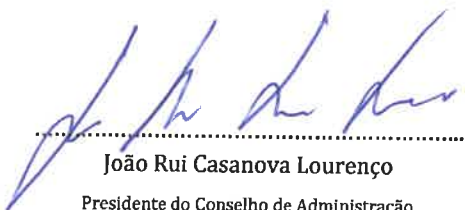
O Contabilista Público:



Pedro Nuno Camilo de Almeida Pereira

Coordenador do Departamento de R.H., Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração do CECO:



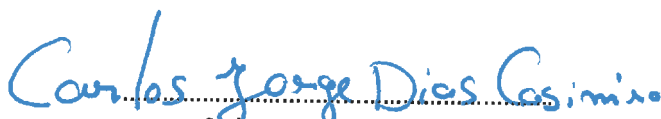
João Rui Casanova Lourenço

Presidente do Conselho de Administração



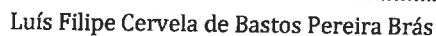
Ana Cristina Coelho Vieira

Vogal do Conselho de Administração



Carlos Jorge Dias Casimiro

Vogal do Conselho de Administração



Luís Filipe Cervela de Bastos Pereira Brás

Vogal do Conselho de Administração



